EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: reflexões a partir do Movimento Escola Sem Partido e o Programa Future-se

Raí Vieira Soares[1]

Dhamires Lorrana Dias Gama[2]

Ester Gomes de Oliveira[3]

Vanessa Pereira Dias[4]

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar caminhos para reflexões sobre o Movimento Escola Sem Partido e o Programa Future-se considerando o atual contexto político brasileiro, evidenciando suas implicações no ensino superior público. Sendo o Movimento Escola Sem Partido uma proposta de combate ao “Marxismo Cultural”, visando uma educação “neutra” e acrítica e o Future-se como programa que visa “ampliar a captação de recursos”, entretanto denota mais uma possibilidade de apropriação do fundo público pelo capital. Parte do pressuposto de que a educação é um espaço de disputa na sociedade capitalista, nesse sentido, se torna necessária a defesa de um ensino público de qualidade. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental pertinentes ao tema. Em síntese, ambas as iniciativas compartilham o desejo por uma educação conservadora, formando estudantes sem criticidade e atender as necessidades do mercado, além de contribuir para os processos de privatização da educação superior.

Palavras-chave: Educação superior. Escola Sem Partido. Programa Future-se.

ABSTRACT:

This article aims to present ways for reflections on the School without Party Movement and the Future-se Program considering the current Brazilian political context, highlighting its implications for public higher education. As the School without Party Movement is a proposal to combat "Cultural Marxism", aiming at a "neutral" and uncritical education, and Future-se as a program that aims to "expand fundraising", however it denotes one more possibility of appropriating the fund public by capital. It assumes that education is a space of dispute in capitalist society, in this sense, it is necessary to defend quality public education. Bibliographic and documentary research pertinent to the topic were carried out. In summary, both initiatives share the desire for a conservative education, forming students without criticality and meeting the needs of the market, in addition to contributing to the processes of privatization of higher education.

Keywords: College education. School without Party. Future-se.

[1] Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) campus de Miracema; Mestre; E-mail: raivieira@mail.uft.edu.br

[2] Graduanda em Serviço Social na UFT campus Miracema; Bolsista CNPq; E-mail: dhamires.lorrana@mail.uft.edu.br

[3] Graduanda em Serviço Social na UFT campus Miracema; E-mail: ester.gomes@mail.uft.edu.br

[4] Graduanda em Serviço Social na UFT campus Miracema; E-mail: vanessa.dias@mail.uft.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma breve análise sobre a política educacional, em particular, sobre as implicações do Movimento Escola Sem Partido e o Programa Future-se no ensino superior, no contexto do capitalismo contemporâneo e da ascensão de uma direita reacionária e conservadora na realidade brasileira. O artigo é resultado dos achados iniciais e reflexões realizadas no Projeto de Iniciação Científica intitulado “Educação Superior no Brasil: tendências e desafios na contemporaneidade” que integra o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social (GEPOSS) vinculado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) campus de Miracema. Dados os limites do presente artigo, delimitamos como foco as reflexões sobre o Movimento Escola Sem Partido e o Programa Future-se pontuando suas incidências no ensino superior brasileiro, subsidiada pela pesquisa bibliográfica e documental com orientação da perspectiva marxista.

Temos o pressuposto de que a educação constitui um espaço de disputa na sociedade capitalista, assim, a classe dominante utiliza da educação como estratégia importante para o controle social por meio de formação ideológica. Ao mesmo tempo, a educação passa ser entendida como mercadoria e não mais como direito social, e uma dessas estratégias podem ser visualizadas por meio do movimento e programa que serão apresentados nesse trabalho.

Como iremos observar, o Programa Future-se tem como direção a privatização da educação pública uma vez que os interesses das instituições de educação serão a partir das demandas e necessidades do mercado já que esses irão subsidiar a pesquisa, além desses terem em mãos bens e imóveis públicos como incentivo a esse investimento. Já o Movimento Escola Sem Partido (seus projetos), utiliza do discurso da existência de uma suposta “doutrinação esquerdista” e marxista nas universidades e escolas brasileiras, sendo assim, seriam necessário projetos para conter essa “doutrinação”, e a implementação de uma “educação neutra, apartidária e livre de ideologias”, o que na verdade, se traduz como uma tentativa de imposição de uma educação conservadora, acrítica e à serviço do capital.

2 MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

As universidades brasileiras, segundo a Constituição Federal de 1988, atuam com o princípio de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo essa autonomia a garantia da produção, socialização de conhecimento e livre de interferências com interesses particulares (LEHER, 2019). Essa autonomia, com o avanço do conservadorismo na realidade brasileira, fica cada vez mais ameaçada por meio de projetos, iniciativas e movimentos com direção neoliberal e de cunho acrítico, como os projetos vinculados ao Movimento Escola Sem Partido, no qual evidencia a disputa ideológica que há no campo da educação em todos os níveis, e consequentemente, no ensino superior.

A educação, traduzida como o movimento de transmissão de conhecimento em sua definição mais básica, já denota a partir desse conceito, uma disputa sobre ela, uma vez que é um importante veículo para transmissão de saberes dos mais variados assuntos. Posto isto, faz-se necessário discutir os rebatimentos que possui os interesses da classe dominante sobre a política de educação superior na contemporaneidade. Lima (2019) considera que na política de educação brasileira há a existência de uma histórica dualidade educacional, a qual mantem uma educação aligeirada e acrítica para os trabalhadores e seus filhos, e, de outro lado, uma educação de elite para os filhos da burguesia, evidenciando assim, a disputa entre distintos projetos educacionais na sociedade brasileira.

Acionando o conceito de educação institucionalizada de Mészáros (2005, p.35), a educação atua como uma máquina de expansão da ideologia do capital, com o intuito de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. O modelo de sociedade capitalista é marcado essencialmente pela luta de classes, sendo balizada por duas classes essencialmente fundamentais e de interesses antagônicos. Nesse contexto da sociedade capitalista, a educação como um campo de disputa, dar-se por seu potencial de transformação da sociedade ou manutenção do *status quo*.

Dito isso, passamos nossa exposição para as origens do Movimento Escola Sem Partido que foi criado inicialmente no ano de 2004, com projeto apresentado pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib. Em 2016, outro projeto foi apresentado também no Senado Federal através do Projeto de Lei (PL) nº 193/2016, de autoria do senador Magno Pereira Malta. Na Câmara dos Deputados, por sua vez, foram apresentados outros três PL's (nº 7180/2014, nº 867/2015 e nº 246/2019) sendo o PL nº 246/2019 o mais atual e que está em tramitação na Câmara dos Deputados

O projeto em questão, tem como pauta principal, o combate à doutrinação ideológica, o chamado "marxismo cultural" que supostamente há nas universidades e escolas públicas, diante disso, faz a defesa da "neutralidade" de ensino. De forma velada, o PL é uma iniciativa com intuito de conter as pautas progressistas no campo da educação e manter apenas uma educação hegemônica, acrítica e a serviço do capital. Sendo por isso, um claro retrocesso no campo da liberdade de expressão e pensamento, já que combate debates importantes como de gênero e sexualidades, racismo e outros, impondo limites para uma concepção crítica da sociedade e seu funcionamento.

O projeto tem em seu corpo como justificativa a necessidade urgente de adotar medidas eficazes que previnam a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas e a usurpação do direito dos pais que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. O projeto que vem como um combate à doutrinação, tem na realidade um outro projeto de doutrinação baseado no fundamentalismo cristão, é ao mesmo tempo contraditório, pois define que será defendida a neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, do pluralismo de ideias e consciência dos educandos.

O PL propõe então o impossível, visto que educar é um ato essencialmente político, nesse sentido, não existe neutralidade política, ideológica e religiosa. Consequentemente, não é possível uma neutralidade na educação, desde a escolha dos componentes curriculares, as metodologias de ensino e estratégias de avaliação utilizadas, assim como os educandos não são neutros. O que o projeto defende na verdade então não é uma despartidarização do ensino, e sim uma partidarização especifica, ou seja, a defesa de um único pensamento, que preserve a ideologia

dominante neoliberal (ANDERSON, 1995) protegida das disputas que visam uma emancipação humana. O projeto prevê então, o esvaziamento do sentido da educação crítica.

Com um inegável prejuízo ao ensino superior no Brasil, o projeto promove o esvaziamento do sentido da formação no ambiente acadêmico, reduz a educação apenas na dimensão do ensino, numa perspectiva “aulista”, negando “a elevação do pensamento crítico e a leitura da realidade, a partir da totalidade da vida social e a compreensão das relações capital x trabalho, tendo como horizonte a emancipação humana” (GONÇALVES; FARAGE, 2019, p. 34). Resultando em uma educação meramente tecnicista, ignorando todo o processo reflexivo, discursivo, inventivo e restringindo o papel do professor apenas ao conteúdo pré-estabelecido.

A educação superior no Brasil, ao decorrer dos anos, passou por algumas transformações, que podem ser observadas a partir de acontecimentos históricos e tendências que variam de acordo com as políticas e planos de cada governo. Na atual conjuntura brasileira, com um claro avanço do conservadorismo, sobretudo, a partir do golpe de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (PT) e a partir do processo de campanha e eleição presidencial de Jair Bolsonaro (atualmente sem partido) em 2018, denotam uma grande ascensão da direita, sendo um momento de retrocessos em múltiplas dimensões (MIGUEL, 2019).

Consequentemente, a educação superior brasileira perpassa por desafios que afetam seu funcionamento e autonomia das universidades e, por isso, refletir sobre o Movimento Escola sem partido torna-se necessário para compreender como a ascensão da direita neoliberal representa um retrocesso para a educação. Antes de tudo, vale relembrar como a educação foi um dos instrumentos utilizados pela direita conservadora para a propagação de *fake news* sobre as universidades. Assim, o Movimento Escola Sem Partido contribuiu para disseminar uma falsa imagem das universidades como um lugar de uma suposta doutrinação ideológica e de marxismo cultural (LEHER, 2019), tais iniciativas contribuíram também eleger o atual presidente Bolsonaro.

Além do mais, a *fake news* sobre o suposto “kit gay” distribuído nas escolas reforçou a defesa do Movimento Escola Sem Partido por iniciativas que vetam

quaisquer debates sobre gênero e sexualidades nas escolas e universidades. Entretanto, o alarde e oportunismo da direita ultraliberal demonstra a importância de uma educação que possibilite pensar e refletir criticamente sobre a realidade na sociedade, pois o suposto “kit gay”, por exemplo, nunca foi distribuído nas escolas e se tratava apenas de uma cartilha com o objetivo de combater a homofobia e discriminação na educação (LEHER, 2019).

Conseguinte, o cerceamento envolto de temáticas sobre gênero e sexualidade, se torna emblemático em um país que a violência e mortes por homofobia e feminicídio são recorrentes nas estatísticas (CAPAVERDE, LESSA, LOPES, 2018). Então, esse processo de proibir o debate acerca da educação sexual nas escolas e universidades além de reforçar a violência por homofobia, representam um processo de predomínio da ideologia conservadora que vê o discurso de gênero e sexualidade como destrutivos e ameaças da concepção de família tradicional (MELO, 2018).

Ademais, a justificativa do corte de verbas das universidades no ano de 2019 no governo Bolsonaro (sem partido) se fundou na ideia de que a comunidade universitária faz debates de teor sexual, são lugares de doutrinação ideológica, de promoção da balbúrdia e que possuem desempenho insatisfatório (LEHER, 2019). Dessa forma, reafirma o cerceamento da democracia, do ensino crítico que forma alunos capazes de usar a própria razão e adentra num processo que criminaliza os professores e diminuem sua autonomia na sala de aula, além de retirar o significado da educação comprometida com a ciência e a criticidade. Esse cenário da educação se complexifica com as diretrizes do Programa Future-se que será exposto a seguir.

3 PROGRAMA FUTURE-SE E A UNIVERSIDADE PÚBLICA

O Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Programa Future-se) foi apresentado em 17 de julho de 2019 pelo então Ministro da Educação Abraham Weintraub, no qual foi exposto como um programa que possibilitaria as Universidades e Institutos Federais terem mais autonomia para buscarem e captarem recursos privados para desenvolverem suas pesquisas além de firmar parcerias com as Organizações Sociais (OS’s). O discurso para inserir as OS’s

é de que estas iriam ajudar a gerenciar as ações, responsabilidades e atividades desenvolvidas dentro das instituições de educação. O ministro afirmou que mesmo com essa “diversificação” na captação de recursos, a União não deixaria de financiar essas instituições. Porém, o que vemos é justamente ao contrário, uma vez que desde o início do governo Bolsonaro (sem partido), tem se realizado sucessivos cortes expressivos no orçamento da educação precarizando ainda mais as relações e condições de trabalho, colocando em risco, inclusive, o funcionamento e desenvolvimento de atividades básicas das instituições.

O Decreto nº 9.741/2019 contingenciou um volume significativo de verbas do Orçamento Federal de 2019 para as políticas sociais, o que resultou em um corte de R$ 5,839 bilhões para a educação, o que se refere a mais ou menos 25% do orçamento anual, o qual seria, de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA), um valor de 23,699 bilhões para a pasta da educação, reduzido para 17,793 bilhões (ANDES, 2019). O que se observa é a manutenção do ajuste fiscal conforme a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que incide diretamente nos processos de precarização das políticas públicas e sociais.

Assim, com o Programa Future-se, a concepção de autonomia financeira que se defende, na verdade, “é sinônimo de afastar as Ifes da dependência do orçamento público, ou melhor, de desobrigar o erário para com o financiamento integral das instituições” (GIOLO, 2020, p.42). Desta forma, o Programa Future-se é uma tentativa de mercantilizar e colocar a educação superior como refém dos interesses e necessidades capitalistas, uma vez que se baseia em pilares que reafirmam a ordem social vigente e despreza o conhecimento social para todos, colocando-o para servir unicamente as necessidades do capital.

> Embora, ao direcionar tendencialmente a autonomia financeira da universidade, o governo se utilize do pressuposto de que os IFES não perderão a autonomia, ao propor que as instituições se tornem suas parceiras por meio de OS, o governo requer das universidades que passem a uma servidão de contratos, seja com o Estado, seja – principalmente – com grandes corporações, por meio da venda de serviços e do aluguel dos patrimônios. Esse fato se destaca na minuta do Future-se, uma vez que, por meio dos contratos de gestão, as OS poderão atuar na gestão de recursos e patrimônio das instituições (SILVA JÚNIOR; FARGONI, 2020, p.8).

Além desse afastamento das Ifes com o orçamento público, as OS's, como já mencionado, passam a ter um papel fundamental dentro das instituições de educação como bem apresentado na minuta do programa, cujo as mesmas têm as seguintes responsabilidades: apoiar a execução das atividades aos 3 eixos do programa (Governança, gestão e empreendedorismo; Pesquisa, desenvolvimento e inovação; e, Internacionalização); realizar o processo de gestão dos recursos relativos a investimentos em empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento e inovação; e, auxiliar na gestão patrimonial dos imóveis das instituições federais participantes. Assim, os reitores passam a dividir ou mesmo perder suas funções sobre diversas atividades com a presença das OS's e as universidades passam a ter que dividir seus interesses com essas os das OS's e as empresas privadas investidoras.

Na versão inicial do programa (o mesmo já sofreu diversas alterações devido rejeição dos reitores), este se dividia em três eixos: Governança, gestão e empreendedorismo; Pesquisa, desenvolvimento e inovação; e, Internacionalização. Porém, mesmo com as alterações, o teor do documento e as intenções permanecem as mesmas, passando a ter na última versão os seguintes eixos: Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; empreendedorismo; e, internacionalização.

O primeiro eixo revela, segundo Leher (2020), que a produção de conhecimento em todos os seus âmbitos seria a partir dos interesses e necessidades dos empresários, deixando de lado a pesquisa básica nas áreas das ciências sociais e humanas. Fomenta-se somente a pesquisa na área tecnológica, uma vez que as demais não geram lucros para os setores capitalistas, assim, aponta-se para a precarização e fragilização da pesquisa nas ciências humanas e sociais.

No segundo eixo, o empreendedorismo é colocado como perspectiva essencial a ser ensinada nas universidades, para que todos possam almejar e sair da faculdade com um empreendimento, assim os alunos e os professores devem empreender, sendo os professores através da venda de seus conhecimentos ou em forma de projetos. O resultado disso será a concorrência entre os professores sobre quem produz um melhor projeto ou pesquisa a ser financiado, onde as áreas de ciências humanas e socias serão excluídas automaticamente dessa concorrência por não ter relevância para os investidores, assim as instituições passam a prezar pela economia

e não mais pelo seu valor social. Por último, o terceiro eixo, que trata da internacionalização, aponta para investimentos na educação privada e estrangeira, através do ensino, pesquisa e extensão e na promoção de disciplinas online, além de garantir bens e imóveis (SILVA JÚNIOR; FARGONI, 2020)

Diante da rejeição das instituições federais de educação para com o Programa Future-se, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) passou a escolher os reitores que mais converse com seus ideais, deslegitimando e desrespeitando os processos eleitorais democráticos, interferindo com o objetivo de “corrosão paulatina da autonomia universitária para converter as universidades em aparatos a serviço do governo e de seu projeto cultural” (LEHER, 2020, p. 118).

Outro ponto a ser analisado diz respeito ao processo de mercantilização e precarização em que a educação superior está passando desde 1990, movimento que o atual governo tem seguido com mais incidência, já que menospreza a produção crítica, tenta desmoralizar e fazer uma visão negativa do ensino superior público. E isso pode ser visualizado mediante o Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, 2019), onde aponta que as instituições privadas ficam responsáveis por 88,4% das instituições de ensino, enquanto que o ensino público fica somente com 11,6% das 2.608 instituições de ensino existentes no Brasil, além disso o ensino à distância (EaD) tem crescido consideravelmente via instituições particulares.

Deste modo, indo contramão do que pregam sobre o Programa Future-se de que ele será sustentado em parte via recursos privados, isso não se aplicará. Primeiro porque na prática o que acontece é ao contrário, recursos públicos que financiam faculdade privadas, através dos incentivos fiscais, ProUni, Fies e outros, segundo, porque a educação tem se tornado uma área bem atrativa para os grandes empresários, visto que gera bastante lucro com baixo investimento, já que grande parte do ensino superior privado só oferece ensino, deixando de lado as atividades de extensão e pesquisa na formação profissional.

Assim, o Programa Future-se torna-se mais uma possibilidade para os grandes empresários lucrarem, pois, além de poder financiar a preços baixos as pesquisas de seus interesses, os que investem tem isenções fiscais e acesso a bens imóveis da União como incentivos. Desta forma, esses empresários investidores passam a

controlar a produção de conhecimento nas instituições federais de educação e tem nas mãos os patrimônios públicos (GIOLO, 2020).

> Não há dúvidas de que o Future-se, embora se apresente como um mecanismo capaz de atrair recursos privados, está assentado na privatização de recursos públicos, permanecendo os demais como possibilidades remotas (GIOLO, 2020, p.54).

O financiamento do Programa Future-se, segundo o Ministério da Educação, será através de fundos de investimentos, de direito privado, onde serão administrados por iniciativas privadas. Assim, as instituições de educação que aderirem ao programa, terão seus projetos financiados por empresas e serão geridas pelas Organizações Sociais. Dessa forma, firma-se um contrato de gestão entre União, empresas privadas e as OS's (SOUSA; COIMBRA, 2020). Em síntese, o referido programa se orienta a partir de uma concepção mercadológica de educação, corroborando com os processos de privatização da educação superior pública e legitimando a ideia de tratar as universidades como empresas.

4 CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, fica claro que lutar por uma educação crítica, de qualidade, gratuita, com gestão democrática e financiamento público se torna indispensável. Essa defesa é fundamental para que possa continuar sendo um lugar de resistência, autonomia, emancipação política, com garantias a liberdade de expressão e que atenda às necessidades dos trabalhadores, com vistas a desvelar as contradições presentes na sociedade capitalista neoliberal e suas implicações para a sociedade. Deste modo, o Movimento Escola Sem Partido e o Programa Future-se têm como pano fundo colocar a educação num lugar estratégico de legitimação dos interesses capitalistas e conservadores na realidade brasileira.

Sendo assim, os projetos do Movimento Escola Sem Partido são um grave retrocesso na educação brasileira e vão na contramão ao que foi garantido na Constituição Federal de 1988, negando, sobretudo, a concepção de autonomia universitária. Dessa forma, o Movimento Escola Sem Partido constitui-se como uma ferramenta importante para a direita conservadora com o objetivo de propagar sua

ideologia e coibir que os alunos das escolas e universidades tenham uma educação comprometida com ciência e com a criticidade, legitimando, assim, os ideais da classe dominante, onde os alunos se formam sem a capacidade de questionar e criticar as autoridades no poder.

Já o Programa Future-se significa a transposição de conhecimento e imóveis públicos para instituições de interesses privados, intensificando o processo de mercantilização da educação pública e sucateamento das pesquisas nas ciências humanas e sociais. Além disso, as instituições educacionais passam a serem vistas como empresas que precisam produzir para o mercado, tendo que atender a determinadas metas de eficiência e eficácia, ao mesmo tempo, colocando as instituições sob a gerência de organizações sociais e submetendo as pesquisas aos interesses das empresas privadas (GIOLO, 2019). Portando, a política de educação superior no Brasil é atravessada pelos dilemas da precarização e mercantilização, tais processos se aprofundam no período pós-2016, necessitando o fortalecimento das lutas e estratégias coletivas em defesa da educação e universidade públicas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ANDES. **Orçamento da educação sofre corte de R$ 5,83 bilhões**. 2019. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/orcamento-da-educacao-sofre-corte-de-r-5-83-bilhoes1> Acesso em: 25 de maio 2021.

CAPAVERDE, Caroline Bastos; LESSA, Bruno de Souza; LOPES, Fernando Dias. “Escola sem Partido” para quem? Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, p. 204-222, 2019. Disponível em:https://www.scielo.br/j/ensaio/a/B4FkpWXpm9KgWS7dXPf7QKn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 22 de maio de 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019.

BRASIL. **Censo da Educação Superior:** Notas estatísticas. Brasília: Inep, 2019

BRASIL. **Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se**. Rio deJaneiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ufla.br/images/arquivos/2019/07-julho/Programa_Future-se.pdf> Acesso em: 25 de maio 2021.BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior** 2019 notas estatísticas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 867/2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido" – Apensado ao PL/2014. Brasília: 23 mar. 2015a. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2 > acesso em 25 de maio de 2021.

GIOLO, Jaime. O future-se sem o futuro. In: GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar (Orgs.). **Future-se:** ataque a autonomia das instituições federais de educação superior e a sua sujeição ao mercado. São Paulo: Diagrama editora, 2020.

GONÇALVES, Antonio Filho; FARAGE, Eblin. Educação superior pública e o Future-se**:** o projeto do capital em tempo de ascensão da extrema direita. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 44, v. 17, p. 33–49, ago/set. 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45210 > acesso em 17 de maio de 2021.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FARGONI, Everton Henrique Eleutério. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. **Rev. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, p.1-17 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/es/a/LMDCRm4wrJPrZBbWCNrM3pj/abstract/?lang=pt > acesso em: 25 de maio de 2021.

LEHER, Roberto. Guerra cultural e universidade pública: o future-se e a parte da estratégia do silenciamento. In: GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar (Orgs.). **Future-se:** ataque a autonomia das instituições federais de educação superior e a sua sujeição ao mercado. São Paulo: Diagrama editora, 2020.

LEHER, Roberto. Universidade pública brasileira: future-se e "guerra cultural" como expressões da autocracia burguesa. **Rev. Educação e Sociedade**, v. 42, p.1-19, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/TSQSX7dwJVVGyYW8bVFmWYm/?lang=pt> acesso em: 25 de maio de 2021.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade:** o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Expressão Popular, 1. Ed, 2019.

LIMA, Katia. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. **Universidade e Sociedade.** Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Semestral ISSN 1517 – 1779 2019 - Ano XXIX - Edição Especial América Latina (out. 2019)

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, Eduardo; et al (Orgs.). **(Neo)fascismos e Educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2020.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MIGUEL, Luís Felipe. **O Colapso da democracia no Brasil:** da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular, 1. Ed, 2019.

SOUSA, Ana Paulo Ribeiro; COIMBRA, Leonardo José Pinho. Future-se: um golpe contra a democratização do ensino superior. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 14, n. 12. Janeiro de 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/69548> acesso em: 25 de maio de 2021.